

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.429.061 - SP (2019/0008637-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : CONDOMINIO CONJUNTO RESIDENCIAL DOS ESTADOS
ADVOGADOS : JADER FREIRE DE MACEDO JUNIOR - SP053034
MARIA CAROLINA BITTENCOURT DE MACEDO E
OUTRO(S) - SP257940
AGRAVADO : MTS SERVICOS AUXILIARES LTDA
ADVOGADO : JOSÉ BULLA JÚNIOR E OUTRO(S) - SP163031

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1.042 do NCPC) interposto por CONDOMINIO CONJUNTO RESIDENCIAL DOS ESTADOS contra decisão que não admitiu recurso especial manejado com base na alínea "a" do permissivo constitucional.

O apelo nobre desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 731, e-STJ):

AÇÃO ANULATÓRIA DE TÍTULO CAMBIAL COM PEDIDO DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS PROTESTO DE DUPLICATAS PAGAS - Sentença que julgou improcedente o pedido da autora e procedente em parte a reconvenção. Pretensão de reforma.

INADMISSIBILIDADE: O condomínio autor não provou o pagamento das duplicatas protestadas. Os argumentos apresentados nas razões do recurso reforçam a tese de que não houve esse pagamento.

Cobrança legítima. A parte ré agiu em exercício regular de direito sendo lícito o protesto das duplicatas objetos da demanda. Não cabe o acolhimento da alegação de ter havido quitação tácita, porque a dívida só pode ser considerada quitada mediante prova dos respectivos recibos de efetivo pagamento.

NULIDADE DA R. SENTENÇA - Pretensão do apelante de nulidade da r. sentença para que sejam apurados os limites das responsabilidades pelos endossos fraudulentos e a não aplicação do disposto no artigo 389 do C.C.

INADMISSIBILIDADE: Não é objeto da demanda a apuração da exata autoria das assinaturas indicadas como falsas. Tal questão poderá ser apreciada em ação própria. Sentença mantida.

RECURSO DESPROVIDO.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (fls. 752-754, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 757-765, e-STJ), a insurgente apontou violação aos arts. 141, 357 e 371 do CPC/15.

Sustenta, em síntese: a) a instância ordinária não examinou de forma adequada a prova pericial produzida durante a instrução; b) a existência de omissão no acórdão estadual quanto à participação de funcionário do recorrido na fraude da qual diz ser vítima.

Em juízo de admissibilidade, o Tribunal de origem negou seguimento ao reclamo (fls. 779-780, e-STJ), dando ensejo na interposição do presente agravo (fls. 783-792, e-STJ).

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. Inicialmente, pontua-se que, consoante a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional.

Salienta-se, ademais, que o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que, em sua decisão, discorra sobre todas as questões fundamentais para a correta solução da controvérsia.

No caso em tela, verifica-se que o Tribunal de origem, de modo claro e expreso, reconheceu inexistir prova da quitação das duplicatas geradoras da controvérsia, de modo a legitimar a cobrança do valor nelas representado. Ademais, definiu o aresto estadual não ser pertinente na presente demanda a discussão acerca da regularidade das cambiais, de sorte que a apuração de falsidade deve ser promovida pela via própria:

A autora ajuizou ação anulatória de título cambial com pedido de indenização pretendendo o cancelamento de protesto, com reparação de danos morais, sob o fundamento de que empresa ré protestou dívida paga.

O cerne da questão é saber se houve ou não o pagamento das duplicatas que se pretende declarar nulas.

O condomínio autor não trouxe prova do pagamento das duplicatas protestadas.

Os argumentos apresentados nas razões do recurso de apelação reforçam a tese de que não houve o pagamento das duplicatas objeto da demanda.

Assim, sem a prova do pagamento, não há como reconhecer a verossimilhança das alegações trazidas na inicial.

Deste modo, deve ser considerada como legítima a cobrança. A ré agiu em exercício regular de direito sendo lícito o protesto das duplicatas objetos da demanda.

Também não cabe o acolhimento da alegação de ter havido quitação tácita, porque a dívida só pode ser considerada quitada mediante prova dos respectivos recibos de efetivo pagamento.

A quitação não se presume e, sim, deve ser provada nos autos.

As demais alegações do apelante não são capazes de infirmar o contido na r. sentença.

Alega o autor que emitiu cheques para pagar as duplicatas, mas houve endosso falsificado dos cheques a terceiro. Ora se isso ocorreu, verifica-se que em razão desse endosso fraudulento as duplicatas não foram pagas.

Não é objeto da demanda a apuração da exata autoria das assinaturas inquinadas de falsidade no endosso dos cheques. Tal questão poderá ser apreciada em ação própria, inclusive para o autor se ressarcir do prejuízo sofrido em razão do endosso indevido dos cheques que teriam sido emitidos para pagar a ré. Quanto a este processo o que se tem de concreto é que a ré não recebeu seu crédito.

Sendo assim, não tem fundamento a pretensão do apelante de reconhecimento da nulidade da r. sentença para que sejam apurados os limites das responsabilidades pelos endossos fraudulentos e a não aplicação do disposto no artigo 389 do C.C.

Nota-se, portanto, que as alegações vertidas pela insurgente não denotam

omissões, contradições ou obscuridades do aresto impugnado, mas tão somente traduzem seu inconformismo em relação ao acolhimento da tese jurídica defendida pela parte adversa.

Assim, não há se falar em violação ao art. 141 do CPC/2015 na espécie, uma vez que a Corte local, de modo satisfativo e sólido, apreciou todos os pontos necessários para o julgamento do caso.

2. No que diz respeito ao art. 357 do NCPC, relativo ao processo de saneamento do feito, tem-se que a tese abordada nas razões do apelo nobre, no sentido da má valoração da prova pericial, não guarda correlação com o conteúdo normativo do referido dispositivo legal.

Deste modo, exsurge a deficiência da fundamentação do recurso especial no ponto, aplicando-se, por conseguinte, o enunciado da Súmula 284 do STF.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. CONTRATO DE SEGURO. GASTOS MÉDICOS. DANOS MATERIAIS. ART. 760 DO CC QUE NÃO AMPARA A TESE APRESENTADA NO RECURSO ESPECIAL. SÚMULA Nº 284 DO STF. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Aplicabilidade do NCPC a este recurso ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. O art. 760 do CC não ampara a tese apresentada no recurso especial de que os gastos médicos estão incluídos na indenização por danos corporais e não danos materiais. Incide, pois, a Súmula nº 284 do STF.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 801.951/PR, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/06/2016, DJe 01/07/2016; grifou-se)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA 284/STF. RESPONSABILIDADE PELA DETERIORIZAÇÃO DE ALIMENTO TRANSPORTADO DO CHILE. REEXAME DA MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA DOS AUTOS. SÚMULA 07 DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. O recorrente deixou de apontar o artigo do decreto-lei nº 1.866/96 supostamente violado. É importante ponderar que o recurso especial é de natureza vinculada e, para o seu cabimento, é imprescindível que o recorrente demonstre de forma clara os dispositivos apontados como malferidos pela decisão recorrida, sob pena de inadmissão. Incidência da Súmula 284 do STF.

2. Ademais, a Súmula 284 da Suprema Corte também incide quando o conteúdo normativo do dispositivo legal apontado como violado não é apto a lastrear a tese vertida no recurso especial, porquanto deficiente a fundamentação.

3. O Tribunal de origem concluiu, após análise das provas dos autos, que a responsabilidade pelos danos sofridos no transporte de mercadorias é do recorrente. Alterar o entendimento do acórdão recorrido demandaria reexame do conjunto - fático probatório dos autos, o que é vedado em razão da incidência da Súmula 7 do STJ.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1033441/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 27/04/2017, DJe 03/05/2017; grifou-se)

3. Por fim, no que toca à infração ao art. 371 do CPC/15, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é iterativa em reconhecer que o magistrado condutor do feito é o destinatário final da prova, de modo que cabe a ele, após realizar um juízo de ponderação sobre os elementos que melhor evidenciam a verdade real dos fatos, decidir a controvérsia conforme o seu livre convencimento, sendo-lhe apenas exigida a exposição dos motivos que determinaram suas conclusões. Trata-se do princípio persuasão racional (ou livre convencimento motivado).

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS.

AUSÊNCIA DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO. MOMENTO DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. FALHA NAS RAZÕES RECURSAIS. SÚMULA 284 DO STF. RESPONSABILIDADE CIVIL. OFENSA A HONRA OBJETIVA REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO COM APLICAÇÃO DE MULTA.

[...]

3. O princípio da persuasão racional habilita o magistrado a valer-se do seu convencimento, à luz dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso concreto.

4. As conclusões do acórdão estadual no sentido de que ficou caracterizada a falha na prestação do serviço e que ficaram comprovados os danos sofridos pela recorrida, encontram-se suportadas no conjunto fático-probatório dos autos, e a sua revisão, à luz da fundamentação deduzida no apelo nobre, está obstada pela Súmula nº 7 do STJ.

[...]

7. Agravo interno não provido com aplicação de multa.

(AgInt no AREsp 1256777/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 02/08/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO.

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ART. 1.022 DO CPC/2015. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 211/STJ.

PERÍCIA. INDEFERIMENTO. PRINCÍPIO DA PERSUASÃO RACIONAL DO JUIZ.

REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

[...]

4. A legislação processual civil vigente manteve o princípio da persuasão racional do juiz, em seus artigos 370 e 371, o qual preceitua que cabe ao magistrado dirigir a instrução probatória por meio da livre análise das

provas e da rejeição da produção daquelas que se mostrarem protelatórias.
[...]

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1105171/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe 26/06/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. CONTRATO DE SEGURO DE VIDA EM GRUPO. INVALIDEZ PERMANENTE. CARACTERIZAÇÃO DA INCAPACIDADE FUNCIONAL. AUSÊNCIA DE COBERTURA. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. VIOLAÇÃO À LIBERDADE DE CONTRATAR, À BOA-FÉ, À PROIBIDADE E À ESTIPULAÇÃO DE CONTRATOS ATÍPICOS. INEXISTÊNCIA. CLÁUSULAS LIMITATIVAS AO DIREITO DO CONSUMIDOR. REDAÇÃO EM DESTAQUE. PRINCÍPIO DA PERSUASÃO RACIONAL OU DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. DESNECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. SÚMULA 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO.
[...]

5. O princípio da persuasão racional ou do livre convencimento motivado constitui prerrogativa concedida ao juiz, para que, com fulcro nos elementos relevantes constantes nos autos, possa firmar a convicção sobre a matéria debatida. Nesse diapasão, o argumento de cerceamento de defesa, por necessidade de dilação probatória, não se sustenta, tendo em vista que o acórdão recorrido adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia.
[...]

8. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1123531/MA, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 06/02/2018, DJe 09/02/2018)

Na hipótese, como visto anteriormente a partir do teor do acórdão recorrido, aquilatar a ocorrência da quitação ou de fraude implicaria no reexame das provas adunadas ao feito, o que acaba por atrair o enunciado da Súmula 7 do STJ.

4. Do exposto, com fulcro no art. 932 do NCPC e na Súmula 568 do STJ, nego provimento ao agravo em recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator